# **Demonstrações Financeiras**

Ambient - Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.

31 de dezembro de 2022 com Relatório do Auditor Independente

# Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1º andar - Nova Campinas 13092-123 - Campinas - SP - Brasil

Tel: +55 19 3322-0500 Fax: +55 19 3322-0559 ey.com.br

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Ambient - Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.** Ribeirão Preto - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ambient - Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP-027623/F

Marcos Roberto Sponchiado Contador CRC-1SP175536/O-5

mores Robits Spondiado

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		152	2.210	Empréstimos e financiamentos	12	9.880	19.442
Aplicações financeiras	5	118.821	55.511	Fornecedores		2.191	2.282
Contas a receber	7	40.013	35.523	Obrigações sociais		3.071	2.265
Ativo financeiro	8	75.842	69.096	Obrigações fiscais	13	8.476	4.871
Estoques		1.112	936	Dividendos a pagar	14	76.217	38.937
Impostos a recuperar		-	922	Partes relacionadas	14	4.800	96
Outros créditos		190	96	Outras obrigações		2	11
Total do ativo circulante		236.130	164.294	Total do passivo circulante		104.637	67.904
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Empréstimos e financiamentos	12	111.932	109.300
Fundo restrito	6	5.183	5.131	Fornecedores		-	182
Contas a receber	7	501	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.2	22.086	22.129
Ativo financeiro	8	174.840	181.738	Provisão para ações judiciais	15	123	200
Ativo de contrato	9	4.378	13.522	Total do passivo não circulante		134.141	131.811
Depósitos judiciais		644	1.451	•			
		185.546	201.842	Total do passivo		238.778	199.715
Imobilizado	10	4.191	4.586	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
Intangível	11	492	763	Capital social		48.491	48.491
		4.683	5.349	Reserva de lucros		139.090	123.279
				Total do patrimônio líquido		187.581	171.770
Total do ativo não circulante		190.229	207.191				
TOTAL DO ATIVO		426.359	371.485	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		426.359	371.485
As notas explicativas são parte inte	grante das demon	strações financeira	ns.				

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	17	141.408	117.232
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(35.845)	(31.245)
LUCRO BRUTO		105.563	85.987
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	18	(18.497)	(8.744)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	18	33	5
		(18.464)	(8.739)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		87.099	77.248
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	10.322	1.730
Despesas financeiras	19	(12.668)	(11.404)
		(2.346)	(9.674)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		84.753	67.574
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	20.1	(25.447)	(18.875)
Diferidos	20.2	43	(1.999)
		(25.404)	(20.874)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		59.349	46.700
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	21	59,00	46,42
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações	financeiras.		

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	59.349	46.700
Total do resultado abrangente do exercício	59.349	46.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de contingências	Lucros retidos	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021		48.491	9.698	16.433	62.505	-	-	137.127
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	46.700	46.700
Complemento de reserva para contingências	16.3	-	-	2.335		-	(2.335)	-
Juros sobre o capital próprio a pagar (JSCP)	16.5	-	-	-	(6.441)	-	-	(6.441)
Dividendos mínimos obrigatórios	16.5	-	-	-		-	(5.616)	(5.616)
Transferência para reserva de lucros	16.4	-	-	-	(56.064)	94.813	(38.749)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		48.491	9.698	18.768	-	94.813		171.770
Lucro líquido do exercício		-	-	-	_	-	59.349	59.349
Complemento de reserva para contingências	16.3	-	-	2.967	-	-	(2.967)	-
Juros sobre o capital próprio a pagar (JSCP)	16.5	-	-	-	(10.000)		-	(10.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	16.5	-	-	-		-	(5.595)	(5.595)
Dividendos intermediários	16.5	-	-	-		(27.943)	-	(27.943)
Transferência para reserva de lucros a realizar	16.4	-	-	-	50.786	-	(50.786)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		48.491	9.698	21.735	40.786	66.870	-	187.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Lucro líquido do exercício		59.349	46.700
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.2	(43)	1.999
Depreciação do imobilizado	10	733	615
Amortização do intangível	11	272	279
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	12.634	11.363
Baixas do ativo imobilizado	10	13	-
Baixas do ativo financeiro	8	135	1
Remuneração do ativo financeiro	8	(57.814)	(48.863)
Redução ao valor recuperável do ativo financeiro	8	5.021	(2.136)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	7	(188)	(97)
Provisão para ações judiciais	15	70	365
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber	7	(4.803)	(1.281)
Ativo financeiro	8	71.564	65.822
Estoques		(176)	38
Impostos a recuperar		922	1.761
Depósitos judiciais		807	334
Outros créditos		(94)	3
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(273)	(710)
Obrigações sociais		806	83
Obrigações fiscais	13	3.605	3.482
Partes relacionadas	14	4.704	(1.427)
Outras obrigações		(9)	-
Pagamento de ações judiciais	15	(147)	(755)
Caixa gerado nas atividades operacionais		97.088	77.576
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(10.641)	(11.325)
Caixa oriundo das atividades operacionais		86.447	66.251
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras	5	(63.310)	(42.238)
Fundo restrito	6	(52)	(5.131)
Aquisição de ativo imobilizado	10	(351)	(999)
Aquisição de ativo intangível	11	(1)	(181)
Aquisição de ativo financeiro	8	(1.476)	(3.687)
Aquisição de ativo de contrato	9	(8.134)	(2.723)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(73.324)	(54.959)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	12	(8.923)	(8.641)
Pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio	16.5	(6.258)	(966)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(15.181)	(9.607)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(2.058)	1.685
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.210	525
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		152	2.210
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(2.058)	1.685
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Ambient - Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. ("Companhia" ou "Concessionária") foi constituída em 20 de setembro de 1995, tendo como objeto a exploração, por meio de concessão, do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, consoante o disposto no Edital nº 005/95, da Prefeitura de Ribeirão Preto e do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto - DAERP (atualmente denominado como Secretaria de Água e Esgoto de Ribeirão Preto - SAERP).

O contrato de concessão estabelece o prazo de concessão em 20 anos, com possibilidade de prorrogação. Em 26 de novembro de 2015, a Companhia firmou um aditivo a esse contrato de concessão que prorrogou a vigência até 28 de setembro de 2033.

Os serviços de tratamento de esgoto prestados pela Companhia são remunerados pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto ("Poder Concedente"), por intermédio da SAERP, por meio de uma equação com base nos preços oferecidos pela Companhia na concorrência e considerando os volumes de esgoto efetivamente tratados. A remuneração mensal é composta por custos fixos relacionados à remuneração do investimento e por custos variáveis relacionados à operação e à manutenção aplicada ao volume de esgoto tratado.

Os serviços especiais de tratamento de esgoto com características diferentes das especificadas no Projeto Básico podem ser contratados diretamente pela Companhia, com tarifas e preços a serem definidos de comum acordo com a SAERP. O contrato contempla correção pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP- M e pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e o ajuste ocorre anualmente.

O referido contrato de concessão não contempla valor estimado de investimentos, o qual depende da evolução da demanda de volume de esgoto tratado.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa, a Companhia não tem custos com o Poder Concedente pela exploração dos serviços mencionados, seja na forma de ônus fixo ou variável pelo direito de concessão.

Impactos do conflito e das sanções relacionadas na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia

A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, gera instabilidades econômicas no Brasil e no mundo. Muitos países impuseram e continuam a impor novas sanções a determinadas entidades e indivíduos russos. Sanções também foram impostas à Bielorrússia.

Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos significativos em sua operação, tendo em vista o fato da Companhia não transacionar com commodities, não exportar e não possuir operações nesses países. A Administração avalia de forma constante o desdobramento do assunto com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 2. Políticas contábeis

#### 2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Orientação, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração para emissão em 30 de março de 2023.

#### 2.2. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

#### 2.3. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Mensuração do valor justo--Continuação

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia são considerados de nível 2.

#### 2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. A contabilização dos instrumentos financeiros é feita de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.

#### 2.4.1. Ativos financeiros

#### a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 2.4.1. Ativos financeiros--Continuação

### a) Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

#### b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

- 2.4.1. Ativos financeiros--Continuação
  - b) Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

- 2.4.1. Ativos financeiros--Continuação
  - b) Mensuração subsequente--Continuação

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os principais ativos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundo restrito, contas a receber, contas a receber do ativo financeiro, ativo de contrato e outros créditos. Esses ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) Baixa de ativo financeiro (desreconhecimento)

Um ativo financeiro ou parte dele é desreconhecido guando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e a Companhia transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se - e em que medida - reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

- 2.4.1. Ativos financeiros--Continuação
  - d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas:

- Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses.
- Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 2.4.1. Ativos financeiros -- Continuação

d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)--Continuação

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas e externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

#### 2.4.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 2.4.2. <u>Passivos financeiros</u>--Continuação

b) Mensuração subsequente--Continuação

#### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos.

#### Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 2.4.2. Passivos financeiros--Continuação

b) Mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado--Continuação

Os principais passivos financeiros da Companhia são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras obrigações. Esses passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

c) Baixa de passivos financeiros (desreconhecimento)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

#### 2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em caixa, contas correntes bancárias e depósitos bancários. Esses saldos estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.6. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas com bancos de primeira linha, mantidas para investimentos.

### 2.7. Fundo restrito

Os fundos restritos são aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e estão vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, para cumprimento das obrigações contratuais de ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida).

#### 2.8. Contas a receber

As contas a receber são classificadas como custo amortizado. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Correspondem a: i) valores a receber dos órgãos competentes relacionados aos serviços prestados de tratamento de esgoto; e ii) valores a receber referente a receitas acessórias e clientes privados.

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a PECLD, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da PECLD.

O critério para constituição da PECLD são os títulos a receber que possuem vencimento a mais de 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na PECLD os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias, avaliando também a perda histórica a cada fechamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.9. Ativo financeiro e ativo de contrato

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão e a determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou financeiro.

As concessões parciais de esgoto reconheceram um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços de tratamento de esgoto. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo e está representado pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas.

Na Companhia, o ativo financeiro foi registrado pelo valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato de concessão. Após início das operações, o ativo financeiro passa a ser remunerado pela taxa de retorno do investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão.

A Companhia reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como ativo financeiro por meio de transferência entre contas, pois é nesse momento que esse ativo está pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização.

Os contratos de concessão classificados como ativo financeiro não são amortizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.10. Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques.

#### 2.11. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo imobilizado são os seguintes:

Classe de ativos imobilizado	Vida útil	
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	2 a 13 anos	
Móveis e utensílios	5 a 10 anos	
Instalações	5 a 10 anos	
Veículos	4 a 5 anos	
Equipamentos de informática	5 anos	
Edificações e benfeitorias	10 a 25 anos	
Direito de uso de arrendamento	2 anos	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.11. Imobilizado--Continuação

O método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas", na demonstração do resultado.

Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto e construção da infraestrutura, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para a Companhia.

#### 2.12. Intangível

Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização.

Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.12. Intangível--Continuação

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo intangível são os seguintes:

Classe de ativos imobilizado	Vida útil		
Software	5 a 10 anos		

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar de esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.13. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - "UGC").

#### 2.14. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Arrendamento Mercantil.

A Companhia avalia uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

### Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.14. Arrendamentos--Continuação

#### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem os pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantia de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de reincidir o arrendamento.

### 2.15. Custo dos empréstimos e financiamentos

Os custos dos empréstimos e financiamentos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida.

#### 2.16. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

#### 2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### 2.19. Tributos

#### Lucro real

A Companhia é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

### Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.19. Tributos -- Continuação

#### Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real.

Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferencas temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.20. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e vendas de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações financeiras, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.20. Receitas--Continuação

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Os direitos a faturar são decorrentes da prestação de serviço da operação do sistema de tratamento de esgoto e remuneração do ativo financeiro, cujo faturamento ocorrerá no mês subsequente com a emissão da fatura.

Os tipos de receitas da Companhia estão descritos abaixo:

#### Receitas de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho. As receitas de serviços de operação são provenientes do sistema de tratamento de esgoto.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião do ciclo completo da operação do sistema sanitário: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecidas por ocasião da medição do volume tratado. Adicionalmente, a Companhia também satisfaz sua obrigação de desempenho por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

#### Receitas de construção

As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a prática contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.20. Receitas -- Continuação

#### Receitas de construção -- Continuação

Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração da Companhia entende que a concessão de esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

#### Receitas de ativo financeiro

As receitas do ativo financeiro são decorrentes da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente aos contratos de arrendamentos mercantis e pelas receitas de concessão.

A atualização das receitas do ativo financeiro é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A Companhia iniciou a atualização dos direitos a faturar a partir do início de suas operações.

### 2.21. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, fundos restritos, empréstimos e financiamentos.

#### 2.22. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.22. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2022--Continuação

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 27, CPC 25 E CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: contrato oneroso (custos de cumprimento de contrato), ativo imobilizado (vendas antes do uso pretendido) e referências à estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou nenhum contrato como oneroso, de forma que, todas as obrigações dos contratos existentes (custos incrementais diretamente relacionados aos contratos e custos diretamente relacionados aos contratos) foram cumpridas pela Companhia na data de reporte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.22. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2022--Continuação

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 27, CPC 25 E CPC 15 (R1)--Continuação

Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Referências à estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (equivalente a IFRS 3 - Business Combinations) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets ou IFRIC 21 - Levies) se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.22. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2022--Continuação

<u>CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - Subsidiária como adotante pela primeira vez (IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards)</u>

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (R1)) mensure as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras, com base na data de transição da controladora para IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação, procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser um optante pela primeira vez.

<u>CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Taxas no teste de "10 por cento" para baixa de</u> passivos financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

### 2.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### CPC 50/IFRS 17 - Contratos de Seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro, que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 -Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: i) uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável), e ii) uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e o CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1° de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

<u>CPC 26/IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)</u>

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

CPC 26/IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)--Continuação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos e financiamentos existentes podem exigir renegociação.

CPC 23/IAS 8 - Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

<u>CPC 26 (R1)/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)</u>

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

CPC 26 (R1) /IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)--Continuação

As alterações para o IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

<u>CPC 32/IAS 12 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma</u> Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

#### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### 3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### 3.1. Julgamentos--Continuação

<u>Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de</u> renovação ou rescisão

A Companhia determina o prazo de arrendamento como o prazo contratual, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Os contratos de arrendamento podem incluir opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício de renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações, máquinas e veículos. Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão também são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos.

#### 3.2. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### 3.2. Estimativas e premissas--Continuação

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

#### Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Quando aplicável, a Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: i) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social; e ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro de cada uma das empresas da Companhia. Essas estimativas estão contidas nos Planos de Negócios, que são aprovados anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa as projeções de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possuía prejuízo fiscal e bases negativas de contribuição social.

#### Perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a PECLD, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da PECLD. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### 3.2. Estimativas e premissas--Continuação

<u>Perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos tangíveis, intangíveis com vida útil definida e ativos não financeiros</u>

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados eventos ou circunstâncias que pudessem indicar a existência de impairment dos ativos tangíveis, intangíveis de vida útil definida e de ativos não financeiros.

#### Contabilização dos contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem uso de estimas pela Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão; determinação e classificação da remuneração da prestação de serviço de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

#### Reconhecimento da receita e custos de construção

Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamentos e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### 3.2. Estimativas e premissas--Continuação

#### Reconhecimento da receita e custos de construção--Continuação

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Companhia entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção.

#### Reconhecimento da receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço/venda foi prestado/comercializado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço/venda de mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

#### Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, ambientais, tributários, cíveis e previdenciários.

A Administração da Companhia, apoiada por seus assessores jurídicos internos e externos, classifica esses processos em relação a probabilidade de perda da seguinte forma:

- (i) Perda provável: são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: a) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; b) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e c) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor estimado da causa.
- (ii) Perda possível: são processos em que a probabilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não contabiliza provisão contábil e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### 3.2. Estimativas e premissas--Continuação

Provisão e passivos contingentes--Continuação

(iii) Perda remota: são processos em que o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não contabiliza provisão contábil e nem divulga em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face das seguintes situações: a) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização do processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e b) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber

Ainda que a Administração da Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

#### 4. Gestão de riscos

#### 4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundo restrito, contas a receber de clientes, contas a receber de ativo financeiro, ativo de contrato e outros créditos. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se à empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras obrigações.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4. Gestão de riscos--Continuação

#### 4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros--Continuação

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Companhia afirma que as atividades da Companhia que assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. A Administração da Companhia estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

#### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço, este último não aplicável às operações da Companhia.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros, é requerida a divulgação de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

#### a) Risco de taxa de juros

Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado referese, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxa de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4. Gestão de riscos--Continuação

#### 4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros--Continuação

Risco de mercado--Continuação

#### a) Risco de taxa de juros--Continuação

#### Sensibilidade à taxa de juros:

<u>Indicadores</u>	Saldo contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário III (- 50%)
CDI		12,33% (*)	15,42%	9,25%	18,50%	6,17%
Aplicações financeiras	118.821	133.476	137.140	129.812	140.804	126.149
Fundo restrito	5.183	5.822	5.982	5.662	6.142	5.503
TR + 8,5% a.a. Empréstimos e financiamentos	(121.812)	10,12% (*) (134.144)	12,65% (137.227)	7,59% (131.061)	15,19% (140.310)	5,06% (127.978)

<sup>(\*)</sup> Fonte dos índices - Banco Central do Brasil - BACEN (CDI e TR acumulados em 31 de dezembro de 2022)

#### b) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia). A Companhia gerencia seu risco de câmbio garantindo que o fluxo de caixa dessas transações seja previsto até a liquidação do valor a pagar ou a receber, expresso em moeda estrangeira.

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4. Gestão de riscos--Continuação

#### 4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros--Continuação

Risco de mercado--Continuação

b) Risco de câmbio--Continuação

Risco de crédito--Continuação

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Companhia em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pela Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma.

#### Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, a Companhia possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Companhia. O objetivo da Companhia é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos, financiamentos e contratos de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Gestão de riscos--Continuação

# 4.2. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber Ativo financeiro Ativo de contrato Outros créditos	152 40.013 250.682 4.378 190 295.415	2.210 35.523 250.834 13.522 96 302.185
Ativos financeiros por meio do resultado		
Fundo restrito Aplicações financeiras	5.183 118.821	5.131 55.511
	124.004	60.642
Total do ativo financeiro	419.419	362.827
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos Fornecedores Partes relacionadas e dividendos a pagar Outras obrigações	(121.812) (2.191) (81.017) (2)	(128.742) (2.464) (39.033) (11)
Total do passivo financeiro	(205.022)	(170.250)
Ativos e passivos financeiros, líquidos	214.397	192.577

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Gestão de riscos--Continuação

#### 4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios à outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (-) Caixa e equivalentes de caixa (-) Aplicações financeiras (-) Fundos restritos	121.812 (152) (118.821) (5.183)	128.742 (2.210) (55.511) (5.131)
Dívida líquida	(2.344)	65.890
Patrimônio líquido Total do capital	<u>187.581</u> 185.237	<u>171.770</u> 237.660
Índice de alavancagem	(1%)	28%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 5. Aplicações financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	118.821_	55.511
	118.821_	55.511

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação anual média de 100,74% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2022 (99,6% em 31 de dezembro de 2021). A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

#### 6. Fundo restrito

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	5.183	5.131
	5.183	5.131

O fundo restrito representa aplicações financeiras atreladas ao rendimento do CDI. Esse saldo possui a utilização vinculada a contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e se faz necessário para cumprimento da cláusula de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) do respectivo contrato. São remuneradas a uma variação anual média de 97% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 7. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - públicos (i) Contas a receber - privados (ii) Pordos estimados do préditos do liquidos de unidos (iii)	38.340 2.491	34.306 1.722
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (iii)	<u>(317)</u> 40.514	(505)
	40.314	30.023
Ativo circulante Ativo não circulante (iv)	40.013 501	35.523
	40.514	35.523

<sup>(</sup>i) Corresponde aos valores a receber da SAERP referentes às medições das estações de tratamento de esgoto de Ribeirão Preto.

<sup>(</sup>ii) Corresponde aos valores a receber de contratos com clientes privados.

<sup>(</sup>iii) O critério para constituição da PECLD reflete a provisão dos títulos a receber vencidos há mais de 180 dias relacionados a clientes que não tenham acordo de renegociação com a Companhia. Adicionalmente, a Companhia também leva em consideração sua análise individualizada sobre a situação financeira de cada cliente e seu histórico de perdas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir os riscos de perdas existentes.

<sup>(</sup>iv) Em 21 de agosto de 2022, a Companhia e a Estre Ambiental S/A assinaram um Termo de Compensação Civil de Dívidas Líquidas onde o saldo devedor, após compensação de valores a receber e valores a pagar, deverá ser pago pela Estre Ambiental S/A em 24 parcelas iguais e mensais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 7. Contas a receber--Continuação

As contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Vencidas:		
Até 30 dias	24	455
De 31 a 60 dias	147	32
De 61 a 90 dias	36	201
De 91 a 180 dias	507	507
Acima de 181 dias	1.016	
	1.730	1.195
A vencer:		
Até 30 dias	12.054	5.039
De 31 a 60 dias	4.836	2.909
De 61 a 90 dias	9.288	6.589
Acima de 91 dias	12.923	20.296
	39.101	34.833
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	(317)	(505)
	40.514	35.523

A movimentação da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(505)	(602)
Complemento de provisão	(205)	-
Reversão de provisão	393	97
	(317)	(505)

As reversões de provisão correspondem aos recebimentos ocorridos no exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 8. Ativo financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Custo do investimento Recebimentos Atualização pela taxa de retorno (i) Impairment (ii)	344.034 (670.646) 591.467 (14.173)	325.415 (599.082) 533.653 (9.152)
Total	250.682	250.834
Ativo circulante	75.842	69.096
Ativo não circulante	174.840	181.738
	250.682	250.834

<sup>(</sup>i) Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 20,59% ao ano (16,85% em 31 dezembro de 2021), a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Companhia.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato de concessão até o fim de contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

A remuneração pelo investimento é atualizada anualmente pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), conforme previsto em contrato. A remuneração também é composta por outros custos fixos (custos de remuneração de capital, custos de depreciação de capital, custos de pessoal, custos fixos de energia elétrica e a taxa de administração) e custos variáveis (custos de manutenção, custos de reativos químicos, custos variáveis de energia elétrica e taxa de administração). Em 31 de dezembro de 2022, a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$71.564 (R\$65.822 em 31 de dezembro de 2021).

<sup>(</sup>ii) O impairment é registrado levando em consideração as características de risco de crédito da operação, o segmento de atuação da Companhia, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área de atuação da Companhia. A atualização do impairment é feita de forma anual e, além de considerar as premissas mencionadas acima, também leva em consideração o prazo remanescente do contrato de concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 8. Ativo financeiro--Continuação

Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo de contrato quando incorridos e em fase de construção. Quando concluídos, são transferidos ao ativo financeiro. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, são estimados gastos adicionais de, aproximadamente, R\$61.014 (R\$79.497 em 31 de dezembro de 2021), distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelo investimento previsto nas obrigações contratuais.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	250.834	261.969
Adições	1.476	3.687
Baixas	(135)	(1)
Transferências (i)	17.278	2
Recebimentos	(71.564)	(65.822)
Ajuste pela taxa de retorno	57.814	48.863
Impairment	(5.021)	2.136
	250.682	250.834

<sup>(</sup>i) Referem-se às transferências do ativo de contrato para o ativo financeiro em decorrência da conclusão das obras.

A expectativa de realização do saldo total do ativo financeiro é como segue:

#### Exercício a findar em:

2023	14.703
2024	16.163
2025	19.167
2026	22.551
2027	26.364
Após 2027	151.734_
Total	250.682

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 9. Ativo de contrato

O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção do sistema de tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Quando da conclusão da construção, o ativo de contrato será classificado como ativo financeiro.

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo de contrato corresponde aos novos interceptores na cidade de Ribeirão Preto/SP.

A movimentação do ativo de contrato é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	13.522	10.801
Adições	8.134	2.723
Transferências (i)	(17.278)	(2)
Total	4.378	13.522

<sup>(</sup>i) Referem-se às transferências para o ativo financeiro em decorrência da conclusão das obras. Em 2022, houve o encerramento das obras de vários trechos de instalação de novos interceptores na cidade de Ribeirão Preto/SP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 10. Imobilizado

Custo	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Custo	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	648	41	(31)	658	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	620	28	-	648
Móveis e utensílios	804	76	(32)	848	Móveis e utensílios	715	90	(1)	804
Instalações	591	-	(2)	589	Instalações	322	269	-	591
Veículos	835	-	(18)	817	Veículos	391	444	-	835
Equipamentos de informática	1.116	234	(1)	1.349	Equipamentos de informática	948	168	-	1.116
Edificações e benfeitorias	4.216	-	-	4.216	Edificações e benfeitorias	4.216	-	-	4.216
Terrenos	35	-	-	35	Terrenos	35	-	-	35
Direito de uso de arrendamento	105	-	-	105	Direito de uso de arrendamento	105	-	-	105
	8.350	351	(84)	8.617	•	7.352	999	(1)	8.350
					•				
Depreciação	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Depreciação	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Depreciação  Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	31/12/2021	Adições (46)	Baixas 27	31/12/2022	Depreciação  Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	31/12/2020 (365)	Adições (44)	Baixas -	31/12/2021
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	(409)	(46)	27	(428)	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	(365)	(44)		(409)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas Móveis e utensílios	(409) (390)	(46) (68)	27 23	(428) (435)	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas Móveis e utensílios	(365) (330)	(44) (61)	- 1	(409) (390)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas Móveis e utensílios Instalações	(409) (390) (238)	(46) (68) (46)	27 23 2	(428) (435) (282)	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas Móveis e utensílios Instalações	(365) (330) (209)	(44) (61) (29)	- 1 -	(409) (390) (238)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas Móveis e utensílios Instalações Veículos	(409) (390) (238) (386)	(46) (68) (46) (159)	27 23 2	(428) (435) (282) (527)	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas Móveis e utensílios Instalações Veículos	(365) (330) (209) (292)	(44) (61) (29) (94)	- 1 -	(409) (390) (238) (386)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas Móveis e utensílios Instalações Veículos Equipamentos de informática	(409) (390) (238) (386) (695)	(46) (68) (46) (159) (165)	27 23 2 18	(428) (435) (282) (527) (859)	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas Móveis e utensílios Instalações Veículos Equipamentos de informática	(365) (330) (209) (292) (558)	(44) (61) (29) (94) (137)	- 1 - -	(409) (390) (238) (386) (695)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas Móveis e utensílios Instalações Veículos Equipamentos de informática Edificações e benfeitorias	(409) (390) (238) (386) (695) (1.541)	(46) (68) (46) (159) (165) (249)	27 23 2 18 1	(428) (435) (282) (527) (859) (1.790)	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas Móveis e utensílios Instalações Veículos Equipamentos de informática Edificações e benfeitorias	(365) (330) (209) (292) (558) (1.291)	(44) (61) (29) (94) (137) (250)	- 1 - -	(409 (390 (238 (386 (698

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 10. Imobilizado--Continuação

Saldo líquido	31/12/2022	31/12/2021	Saldo líquido	31/12/2021	31/12/2020
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	230	239	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	239	255
Móveis e utensílios	413	414	Móveis e utensílios	414	385
Instalações	307	353	Instalações	353	113
Veículos	290	449	Veículos	449	99
Equipamentos de informática	490	421	Equipamentos de informática	421	390
Edificações e benfeitorias	2.426	2.675	Edificações e benfeitorias	2.675	2.925
Terrenos	35	35	Terrenos	35	35
	4.191	4.586	•	4.586	4.202

Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo imobilizado estão divulgados na nota explicativa nº 2.10.

A Companhia revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Intangível

Custo	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Custo	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Software	1.781	1	1.782	Software	1.600	181	1.781
	1.781	1	1.782		1.600	181	1.781
Amortização	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Amortização	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Software	(1.018)	(272)	(1.290)	Software	(739)	(279)	(1.018)
	(1.018)	(272)	(1.290)		(739)	(279)	(1.018)
Saldo líquido	_	31/12/2022	31/12/2021	Saldo líquido	_	31/12/2021	31/12/2020
Software		492	763	Software		763	861
		492	763			763	861

Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo intangível estão divulgados na nota explicativa nº 2.11.

A Companhia revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais do ativo intangível.

### 12. Empréstimos e financiamentos

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Caixa Econômica Federal	TR + 8,5% a.a.	26/08/2032	121.812	128.742
			121.812	128.742
Passivo circulante Passivo não circulante			9.880 111.932	19.442 109.300
			121.812	128.742

O financiamento com a Caixa Econômica Federal refere-se ao programa intitulado "Saneamento para Todos", que corresponde às obras dos interceptores de esgoto da cidade de Ribeirão Preto. A Companhia captou esse financiamento em agosto de 2018, no montante inicial de R\$110.384, conforme compromisso assumido no Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Os juros e o principal estão sendo pagos mensalmente. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 havia R\$5.013 a liberar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Nesse contrato de financiamento, há cláusula restritiva denominada "covenants", relativa ao nível de endividamento da Companhia e o cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o encerramento do prazo de carência do contrato.

A Companhia assumiu o seguinte compromisso de caráter econômico-financeiro constante no contrato:

Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD igual ou superior a 1,0, sendo o ICSD definido por: EBITDA (-) imposto de renda (-) contribuição social (-) investimento (+) empréstimos (+) aportes de capital (+/-) variação no capital de giro/amortização de principal (+) pagamento de juros. O EBITDA é definido por: lucro líquido (+) resultado financeiro (+) provisão para imposto de renda e contribuição social (+) depreciação e amortização (+) outras receitas e despesas não operacionais, líquidas.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia cumpriu com todos os compromissos estabelecidos no contrato.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	128.742	137.345
Juros incorridos no período	12.634	11.363
Amortização de principal	(8.923)	(8.641)
Amortização de juros	(10.641)	(11.325)
	121.812	128.742

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	31/12/2022
2024	8.923
2025	8.923
2026	8.923
2027	8.923
Após 2027	76.240
	111.932

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Obrigações fiscais

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL	6.202	3.314
IRRF	1.633	1.069
PIS e COFINS	601	472
Outras obrigações	40	16
	8.476	4.871

Em 2022, a Companhia passou a contabilizar as DARF´s (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) no ativo como estimativa (estimativas de IRPJ e CSLL), independentemente da forma de recolhimento. No encerramento do exercício, a Companhia fez o encontro de contas, provisionando no passivo o saldo remanescente a pagar.

#### 14. Partes relacionadas

			31/12/2022
	Contas a pagar	Dividendos e JSCP a pagar	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
GS Inima Brasil Ltda. GS Inima Serviços de Saneamento Eireli	4.448 352	76.217 	(1.350)
	4.800	76.217	(1.350)
			31/12/2021
	Contas a pagar	Dividendos e JSCP a pagar	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
GS Inima Brasil Ltda.	96	38.937	(1.043)
	96	38.937	(1.043)

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu o montante de R\$2.954 (R\$3.018 em 31 de dezembro de 2021), a título de remuneração de seus administradores, os quais não obtiveram nem concederam empréstimos à Companhia e não possuem benefícios indiretos significativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Partes relacionadas--Continuação

A Companhia concede participação nos lucros e resultados (PLR) a seus colaboradores. O pagamento dessa participação está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O cálculo e a provisão contábil do PLR são feitos anualmente, no encerramento de cada exercício e o pagamento se dá nos meses subsequentes ao encerramento de cada exercício. Os valores apurados no fim do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. O saldo de PLR a pagar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.399 (R\$1.054 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo mencionamos os participantes e definição dos valores do PLR:

#### **Participantes**

Os participantes nos resultados da Companhia são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano. Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

#### <u>Valores</u>

Os critérios para definição dos valores do PLR são: metas individuais, metas departamentais e metas corporativas. Para cada meta, cargo e função, são atribuídos pesos específicos.

# 15. Provisão para ações judiciais

	31/12/2022	31/12/2021
Contingências trabalhistas	123_	200
	123_	200

O cálculo da provisão para ações judiciais leva em consideração a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. Todas as ações judiciais, sejam elas de natureza tributária, cível, administrativa, ambiental ou trabalhista, são provisionadas se a classificação da probabilidade de perda por parte da Companhia for provável.

A Companhia, com base na posição de seus consultores jurídicos, menciona que não possui ações judiciais com probabilidade de perda definida como possível em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Provisão para ações judiciais--Continuação

A movimentação da provisão para ações judiciais está demonstrada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	200	590
Complemento de provisão	70	365
Reversão de provisão por pagamentos	(147)	(755)
	123	200

Nos complementos de provisão estão incluídos juros e atualização monetária.

#### 16. Patrimônio líquido

#### 16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social da Companhia é de R\$48.491 e está representado por 1.006.325 ações nominativas, sendo 335.443 ações ordinárias e 670.882 ações preferenciais, sem valor nominal, assim distribuído:

#### 31/12/2022 e 31/12/2021

	Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	
GS Inima Brasil Ltda. Outros	335.443	670.878	
Total	335.443	670.882	

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais não têm direito a voto, mas possuem as seguintes vantagens: i) prioridade no reembolso de capital, e ii) participação em igualdade de condições com ações ordinárias, em quaisquer dividendos e bonificações. As ações preferenciais não podem ser convertidas em ações ordinárias, nem estas em preferenciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Patrimônio líquido--Continuação

#### 16.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital social acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o saldo da reserva legal corresponde a 20% do capital social e representa o montante de R\$9.698.

#### 16.3. Reserva de contingências

O estatuto social da Companhia prevê a retenção de 5% do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva de contingências, limitada ao valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a reserva de contingências representa os montantes de R\$21.735 e R\$18.768, respectivamente. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia complementou a reserva de contingências em R\$2.967 (R\$2.335 em 31 de dezembro de 2021).

#### 16.4. Lucros retidos e reserva de lucros a realizar

O saldo de lucros acumulados é alocado aos lucros retidos, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou extraordinária (AGE).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia transferiu o saldo total da conta de lucros acumulados, no montante de R\$50.786 para a conta de lucros retidos. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos totais das contas de lucros acumulados e lucros retidos, no montante de R\$94.813 foram transferidos para a conta de reserva de lucros a realizar.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o total da reserva legal, dos lucros retidos e da reserva de lucros a realizar atinge os montantes de R\$117.355 e R\$104.511, respectivamente, superando o capital social integralizado em R\$68.864 e R\$56.020, respectivamente. A Administração da Companhia avaliará ao longo do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 se o excesso será integralizado ao capital social ou será utilizado na distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, estando em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. A avaliação da Administração será levada aos acionistas através de deliberação em Assembleia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 16. Patrimônio líquido--Continuação

#### 16.5. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos às ações ordinárias e preferenciais, atendendo ao percentual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

Em 30 de abril de 2022, conforme AGO, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$27.943.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios nos montantes de R\$5.595 e R\$5.616, respectivamente.

Em 30 de dezembro de 2022, conforme AGE, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$10.000 (R\$6.441 em 31 de dezembro de 2021).

Durante os exercícios findos em 2022 e de 2021, foram pagos dividendos e JSCP nos montantes totais de R\$6.258 e R\$966, respectivamente.

### 17. Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta		
Serviços de construção	7.868	3.908
Tratamento de esgoto	81.629	69.679
Ativo financeiro	57.814	48.863
	147.311	122.450
Deduções da receita		
PIS	(1.052)	(929)
COFINS	(4.851)	(4.289)
	(5.903)	(5.218)
Receita líquida	141.408	117.232

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Receita líquida--Continuação

As receitas dos serviços de construção são reconhecidas com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se às obras de instalação de interceptores e gastos iniciais para a ampliação da 6ª linha da ETE Ribeirão Preto, necessários para a prestação do serviço e melhorias nas estações de tratamento de esgoto. A Administração da Companhia entende que a concessão de esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

As receitas com tratamento de esgoto e ativo financeiro correspondem às receitas da concessão e operação. O aumento significativo no saldo dessas receitas corresponde ao aumento do reajuste tarifário, composto por uma cesta de índices econômico-financeiros.

#### 18. Custos e despesas por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos serviços prestados		
Serviços de terceiros	(8.893)	(8.352)
Energia elétrica	(8.811)	(8.573)
Serviços de construção	(7.868)	(3.908)
Pessoal	(4.816)	(5.122)
Materiais	(3.168)	(3.060)
Taxas de licença de operação e gerenciamento	(1.446)	(1.288)
Depreciação	(111)	(42)
Outros custos com operação	(732)	(900)
	(35.845)	(31.245)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 18. Custos e despesas por natureza--Continuação

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas e despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal Serviços de terceiros Serviços do CSC (Centro de Serviços Compartilhados) Materiais Publicidade e propaganda Depreciação Amortização Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa Provisão para ações judiciais Impairment do ativo financeiro Outras despesas operacionais	(6.994) (1.644) (1.350) (507) (377) (622) (272) 188 77 (5.021) (1.975)	(5.248) (1.595) (1.043) (215) (269) (573) (279) 97 390 2.136 (2.145)
	(18.497)	(8.744)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		
Ganho e perda com ativo imobilizado Outras receitas e despesas, líquidas	20 13	- <u>5</u>
	33	5
Total das despesas por natureza	(18.464)	(8.739)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras Variação monetária e cambial	10.208 114	1.665 65
	10.322	1.730
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos Outras despesas financeiras	(12.634) (34)	(11.363) (41)
	(12.668)	(11.404)
Total do resultado financeiro	(2.346)	(9.674)

# 20. Imposto de renda e contribuição social

#### 20.1. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente	84.753 34%	67.574 34%
Despesa calculada com IRPJ e CSLL à alíquota vigente	(28.816)	(22.975)
Ajustes para alíquota efetiva: JSCP Diferenças permanentes	3.400 12	2.190 (89)
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	(25.404)	(20.874)
Correntes Diferidos	(25.447) 43 (25.404)	(18.875) (1.999) (20.874)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### 20.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo fiscal diferido (i) Passivo fiscal diferido (ii)	5.445 (27.531)	3.710 (25.839)
	(22.086)	(22.129)

<sup>(</sup>i) O ativo fiscal diferido está atrelado as diferenças temporárias de impairment do ativo financeiro, provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa, participação nos lucros e resultados e provisão para ações judiciais.

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido é como segue:

	31/12/2022
2023	75
2024	284
2025	146
A partir de 2026	4.940
	5.445

A expectativa de realização do passivo fiscal diferido é como segue:

	31/12/2022
A	07.504
A partir de 2026	27.531_
	27.531_

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 1º de janeiro	3.710	(25.839)	4.567	(24.697)
Reconhecimento na demonstração do resultado	1.735	(1.692)	(857)	(1.142)
	5.445	(27.531)	3.710	(25.839)

24 /42 /2022

21/12/2022

<sup>(</sup>ii) O passivo fiscal diferido está atrelado as diferenças temporárias de atualização IFRIC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 21. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e do lucro líquido diluído por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferênciais emitidas (milhares)	59.349 1.006	46.700
Lucro básico por ação	59,00	46,42

# 22. Demonstrações dos fluxos de caixa

A seguir demonstramos as transações que não afetaram o caixa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Transferências do ativo de contrato para o ativo financeiro	17.278	2
Dividendos e JSCP propostos e não pagos	76.217	38.937
	93.495	38.939

#### 23. Cobertura de seguros

A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou danos dos bens que integram o contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: risco de construção, projetista, maquinário e equipamento de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 23. Cobertura de seguros--Continuação

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: risco de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguro são resumidas como seguem:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Garantia de contrato	21.306
Responsabilidade civil	3.000
Riscos operacionais	25.000
Veículos	1.500

#### 24. Eventos subsequentes

Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.